

SINDICATO DOS TRABALHADORES DO SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL NO ESTADO DO CEARÁ | Fundado em 16/04/1989, no 1º Congresso Estadual da Categoria

Serviço público em alerta: mobilização cresce contra a Reforma Administrativa



NESTA EDIÇÃO | Servidores públicos municipais, estaduais e federais se mobilizam contra a Reforma Administrativa em Brasília e, em Fortaleza, realizam ato em frente à Receita Federal; Plenária da CUT reforça a defesa da soberania e dos direitos da classe trabalhadora; DNOCS e Funasa denunciam sucateamento e cobram reestruturação urgente; reuniões no Ministério da Saúde avançam nas pautas da Saúde Indígena, gratificações e da luta dos intoxicados da ex-Sucam; decisões judiciais garantem novas vitórias a aposentados, pensionistas e servidores ativos.

empresas públicas

EBSERH conquista vitória no STF sobre insalubridade; Conab debate alterações no regulamento de pessoal
Pág 3

na base

DNOCS e Funasa denunciam sucateamento e pedem reestruturação; Min. da Saúde discute luta dos intoxicados e Saúde Indígena. Pág 4 a 6

nacional

Reforma Administrativa volta à pauta do Congresso e mobiliza resistência; Plenária da CUT reforça unidade e defesa do serviço público.
Pág 7 e 8

jurídico

Decisões do STJ e STF garantem novas vitórias a servidores ativos, aposentados e pensionistas; veja como requerer seus direitos.
Pág 8

ADICIONE NOSSO CONTATO

Receba diariamente o boletim "A Voz do Sintsef-CE".
Salve nosso contato e envie um Oi, com seu nome, cidade e órgão.

(85) 99179-1973



Entre o povo e os super-ricos: as lições políticas das últimas votações no Congresso

A Câmara dos Deputados aprovou, em 1º de outubro deste ano, a isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil e a redução das alíquotas para quem ganha de R\$ 5 mil a R\$ 7.300 por mês. A votação impressionou por ter sido unânime: 493 deputados a favor da proposta e nenhum voto contra.

É evidente que a votação unânime e a própria aprovação do projeto estão diretamente relacionadas à força das manifestações de 21 de setembro, quando o povo foi às ruas com faixas e cartazes que diziam que o Congresso é inimigo do povo.

O fato, que agora todo mundo reconhece e sente, é que a mobilização popular do dia 21 de setembro mudou a situação política do país, com trabalhadores, estudantes e setores populares retomando a maioria nas ruas, na esteira da revolta que se seguiu ao início do andamento do Projeto de Lei da Anistia e da PEC da Blindagem.

A força rediviva do governo surgiu daí. Após começar o ano de 2025 em baixa na aprovação popular, seu momento mais agudo foi quando sofreu derrota na Medida Provisória do IOF, em maio, pela maioria reacionária que comanda o Congresso Nacional e que atende pelo nome de "Centrão". Naquele momento, o governo parecia esvair completamente sua capacidade de aprovar propostas no Congresso, que abertamente ameaça boicotar e paralisar o governo para fazê-lo perder a eleição de 2026.

A SABOTAGEM DO PL DA ISENÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA

A aprovação da isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil é uma vi-

tória. Entretanto, é preciso dizer: foi bastante sabotada por Arthur Lira. O ex-presidente da Câmara dos Deputados foi nomeado relator do projeto do IR pelo atual presidente, Hugo Motta — uma jogada do Centrão que, desde março de 2025, visava chantagear o governo pela aprovação do projeto.

E foi exatamente isso que eles fizeram. Arthur Lira enrolou, desdenhou e tentou sabotar o projeto de lei por sete meses. Mas, por fim, não conseguiu resistir à pressão da opinião pública após as manifestações. Ele, contudo, inseriu modificações no projeto do governo, ampliando a lista de isenções aos ricos.

No projeto original do governo Lula, quem ganhava mais de R\$ 50 mil teria que pagar, no mínimo, 10% de Imposto de Renda. Hoje, 141 mil contribuintes que ganham mais de R\$ 50 mil por mês pagam, em média, 2,5% de IR — menos do que quem ganha até R\$ 7 mil. Arthur Lira fez uma jogada que incluiu uma série de rendimentos isentos de taxaço, dentre eles ganhos com Letras de Crédito Agrícola e Imobiliário e alguns tipos de Fundos de Investimento.

Pior: os gordos lucros com o pagamento de dividendos de ações, uma das principais fontes de renda dos super-ricos, continuam isentos do pagamento de 10% de Imposto de Renda na fonte até o limite de R\$ 50 mil por mês, por ação. Ou seja, se o sujeito ganha R\$ 90 mil por mês, R\$ 45 mil de dividendos de uma ação e outros R\$ 45 mil de dividendos de ações de outra empresa, ele não paga nada de IR na fonte. É mole?

O jeitinho que Arthur Lira deu para livrar os super-ricos de pagar Imposto de Renda prejudicará o quanto o gover-

no arrecada com a taxaço dos mais ricos para cobrir a isenção.

DERROTA DA MEDIDA PROVISÓRIA NA CÂMARA DOS DEPUTADOS

No dia 8 de outubro, a Câmara dos Deputados, com 251 votos favoráveis e 193 contrários, retirou de pauta a Medida Provisória (MP) 1303/25, que havia sido editada pelo governo como alternativa ao aumento do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF). Assim, a MP perdeu a validade, o que resultará em perda de arrecadação de R\$ 10,6 bilhões neste ano e outros R\$ 20 bilhões em 2026.

Originalmente, a MP pretendia unificar o IOF sobre todas as aplicações financeiras em 18%. Mas, com o aval do ministro Fernando Haddad, o relator da MP, deputado Carlos Zarattini, aceitou fazer concessões. Na comissão mista do Congresso, aceitaram isentar de IOF as Letras de Crédito Imobiliário e do Agronegócio (LCI e LCA) e desistiram de aumentar a taxaço das BETs de 12% para 18%.

Mesmo com todas as concessões, a medida provisória recebeu parecer favorável na comissão mista por um placar apertado: 13 a 12. A justificativa para o acordo foi que, mesmo "desidratada", a proposta ainda garantiria uma arrecadação extra estimada em R\$ 17 bilhões.

Mas, para bom entendedor, meia palavra basta: os 12 votos contrários na comissão já eram, claramente, a mão do mercado — expressão da disposição dos ultra minoritários 0,1% da população, mas que mandam e desmandam no Congresso: os super-ricos, que não estão dispostos a ceder em nada.

REPETIR O ERRO É DESINTELIGÊNCIA

Quando, por unanimidade, o Senado derrubou a PEC da Blindagem; quando, também por unanimidade, a Câmara dos Deputados aprovou a isenção do Imposto de Renda até R\$ 5 mil (ver acima), houve quem se julgasse livre para voltar com o velho método: fazer concessões aos grandes de sempre para obter alguma pequena vantagem adiante.

Daí para dar as costas às ruas e ignorar a vontade expressa por aqueles que se mobilizaram para barrar a ofensiva reacionária desse mesmo Congresso, e do que ele representa, foi um passo.

Mas, para além do cretinismo parlamentar de alguns, há a recusa do governo em romper com a velha orientação, mais uma vez adotada na noite do dia 8. De novo, voltando a alimentar negociações com o Centrão e fazer grandes concessões, saiu derrotado outra vez.

É preciso tirar todas as lições da situação. Ouvir as ruas é buscar outro caminho. É reconhecer a falência e a crise da política de concessões. Concessões e mais concessões são a repetição de erros que distorcem o princípio "uma pessoa, um voto" e produzem parlamentos em que o povo não tem real representação democrática.

Não é, em nenhuma hipótese, culpa do povo, que "não sabe votar". Compreender esse cenário e tirar as lições é condição necessária para sair da arapuca do sistema político e encarar a luta por uma verdadeira reforma política, abrindo caminho para mudanças reais.

A Direção Colegiada

EXPEDIENTE

Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Federal no Estado do Ceará - Rua 24 de Maio, 1201. Centro. Cep: 60.020-000 Fortaleza/CE - Fone: 85 3255.7349 Direção Colegiada - Coord. Geral: Francisco Flávio Inácio de Lima e Roberto Luque de Sousa Coord. Jurídica: Francisco Adriano Duarte Fernandes, José de Assis e Sandra Lúcia da Silva Mota Coordenação de Comunicação: Lucy Mary Gomes Matos e Petrônio Ferreira Soares Coord. de Formação Política: José Afonso Barbosa da Costa, Luiz Lula de Souza Filho Coord. de Finanças: Josemar Martins Lima, Raimundo Nonato Costa Júnior Coord. Sócio cultural: Francisco José Alexandre Sousa, José Eugênio Tavares Barbosa Coord. de Aposentados e Pensionistas: Hervalino da Silva Moreira, Keila Margareth Candido Rolim, Pedro Jorge Guedes Barroso Coord. Administrativa: Lucy Mary Gomes Matos, Francisco Flávio Inácio de Lima, José Helio Alves de Araújo Coordenação de Org. e Sindicalização: José Artur Camurça Torres, José Zézito dos Santos, Marcelo da Costa Miranda Coord. de Saúde do Trabalhador: Carlos Eugênio Pereira Soares, Cícero Dias Lima, Daniel da Cruz de Oliveira Coord. de Mulheres, Gênero, Raça, Diversidade e Juventude: Barbara Osório Xavier Montezuma, Flávia Teixeira Sabóia, Maria Arlete Pereira Araújo Coord. de Empresas Públicas: Andréia de Sousa Quintela, Elizeu Lima Sousa, Francisca Gerina Gomes Braga. Conselho Fiscal: Abelardo Alencar de Lima, Antônia Lúcia Gomes dos Santos, Antônio Lima Santana da Costa Júnior, Benedito Batista de Holanda, José Augusto da Silva, José Rotiéllo e Silva, Liduina Ferreira dos Santos, Manoel Pereira de Queiroz Filho, Maria Ivonilde da Silva Sales. Jornalista responsável: Júnior Tavares e Letícia Alves, Luanna Moura (estagiária) Diagramação: Letícia Alves Tiragem: 6 mil exemplares Impressão: Expressão Gráfica

EBSERH

Vitória no STF reforça mobilização dos(as) empregados(as) da EBSERH para novas conquistas



Os trabalhadores e trabalhadoras da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH) tiveram uma importante vitória no Supremo Tribunal Federal (STF). O Tribunal decidiu que o adicional de insalubridade dos empregados admitidos antes de 31 de julho de 2019 deve continuar sendo calculado com base no salário-base, e não no salário mínimo.

A decisão põe fim a uma longa disputa judicial e restabelece a regra interna da empresa que utiliza o vencimento básico como referência para o cálculo do adicional. O julgamento ocorreu a partir da Reclamação Constitucional nº 53.157/PA, e foi definido por maioria dos ministros, com voto vencedor do ministro Dias Toffoli, que defendeu o direito dos trabalhadores e garantiu segurança jurídica e coerência à jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho (TST).

Com isso, o STF afastou a decisão da 5ª Turma do TST, que havia adotado entendimento contrário ao dos empregados, e confirmou o direito da categoria de continuar recebendo corretamente o adicional.

A Condsef/Fenadsef, responsável pela assessoria jurídica da ação, destacou que a decisão representa uma vitória significativa para os empregados da EBSERH, especialmente porque reverte uma ameaça aos direitos conquistados ao longo dos últimos anos.

Segundo a Confederação, o resultado é fruto de uma luta articulada e contínua das entidades sindicais e da assessoria jurídica, que vêm atuando de forma unificada em defesa dos trabalhadores e trabalhadoras da rede hospitalar pública federal.

Assembleias e construção do ACT 2026/2027

Com essa vitória jurídica consolidada, a categoria segue agora focada na organização para as negociações do próximo Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) 2026/2027.

Atendendo à convocação da Condsef/Fenadsef, o Sintsef-CE realizará nos próximos dias uma assembleia geral, virtual, com os empregados(as) da EBSERH para discutir as propostas e eleger os delegados e delegadas que representarão o estado no Encontro Nacional da categoria. As contribuições da assembleia irão subsidiar a plenária nacional, convocada para os dias 8 a 10 de dezembro.

O Sintsef-CE reforça a importância da participação de todos os empregados e empregadas nesse processo, pois as decisões tomadas nas assembleias serão essenciais para definir as reivindicações da categoria e fortalecer a luta por melhores condições de trabalho e valorização profissional na EBSERH.

CONAB

Conab avança nas negociações sobre o novo PCCS e retoma diálogo com as entidades

Representantes das entidades sindicais e da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) se reuniram em 5 de novembro, em Brasília, para tratar de três temas centrais: o novo Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS), o Fórum de Relações de Trabalho e o Sistema de Assistência à Saúde (SAS). A empresa informou que o estudo técnico do novo PCCS, elaborado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), já foi concluído e encaminhado para análise do SEST, do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração da Conab. Também foi confirmada a criação de uma comissão paritária, com quatro representantes das entidades e quatro da gestão, cuja instalação está prevista para 13 de novembro. As entidades destacaram a importância da participação efetiva dos empregados na construção do novo plano, que deve corrigir distorções e garantir valorização profissional.

Durante a reunião, as representações sindicais cobraram a re-

tomada das reuniões do Fórum de Relações de Trabalho, importante espaço de mediação de conflitos e diálogo entre empregados e gestão. Sobre o SAS, a Conab informou que a FGV deve concluir o levantamento atuarial até o fim de novembro. As entidades manifestaram preocupação com a proposta de implantação de um modelo de reembolso, alertando que a medida pode dificultar o acesso de aposentados e idosos aos atendimentos. Elas defenderam que qualquer mudança no plano de saúde seja amplamente debatida, preservando seu caráter solidário e inclusivo.

A reunião foi considerada um avanço no diálogo entre as partes e resultado direto da mobilização da categoria, que segue atenta para garantir que o novo PCCS e as demais pautas signifiquem conquistas reais para os trabalhadores e trabalhadoras da Conab.

Resgate da Instituição

Importante lembrar que a edição da Medida Provisória nº 1.156, de 2023, dispôs sobre a extinção da FUNASA e a absorção de suas competências, patrimônio e pessoal pela administração pública federal direta. Em resumo, as competências foram transferidas, nos termos de ato do Poder Executivo, aos Ministérios das Cidades e da Saúde, sendo definido que aquele a sucederia nos seus direitos e obrigações.

Só que, por uma efetiva atuação da representação sindical dos servidores da FUNASA, em especial a CONDSEF e no caso específico o SINTSEF-CE, a referida medida provisória perdeu sua eficácia, desde a edição, por não ter sido apreciada pelo Congresso Nacional no prazo estabelecido no art. 62, § 3º, da Constituição Federal.

Restou então restabelecida a existência da FUNASA que sempre foi a instância representativa do SUS – Sistema Único de Saúde, no exercício da sua competência e atribuição constitucional, enquanto Fundação promotora de saúde na prática de ações preventivas.

Necessário salientar que a Fundação foca a sua atuação principalmente na área do saneamento básico e saúde ambiental, incluindo iniciativas voltadas para Melhorias Sanitárias Domiciliares – MSD e Melhorias Habitacionais para o Controle da Doença de Chagas – MHDC. Fato afirmar que o programa desenvolvido e executado pela FUNASA, as MHDC caracterizada em termos como processo de urbanização no contexto de uma política pública, proporciona o controle da transmissão vetorial predominante na área rural.

O Saneamento Básico tem que ser entendido sob a perspectiva do olhar do SUS e não apenas como um problema de infraestrutura.

A questão do saneamento básico devido a sua real importância perpassa por temas transversais de grande relevância como a cidadania, o trabalho, a saúde, a educação, o turismo, o mercado imobiliário, a preservação e outros que regem o conceito de Saúde Planetária.

Tão importante a questão do saneamento básico que os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, uma agenda de sustentabilidade adotada pelos países-membros da ONU para ser cumprida até 2030, deu destaque ao seguinte objetivo “Assegurar

a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos”.

As ações de saneamento básico, compreendidas como investimento em domicílios, pequenas comunidades, áreas indígenas e comunidades quilombolas, são consideradas despesas com serviços públicos de saúde.

A Mesa Setorial de Negociação Permanente, reativada em agosto, marca o início das tratativas sobre reestruturação e condições de trabalho, mas em nada avançou até o momento.

Esclarecido esses aspectos da importância da atuação abrangente da FUNASA na execução dos seus programas efetivados principalmente na área rural do país, garantindo a inclusão social de uma população considerada invisível e que resiste as ocorrências patrocinadas pelas mudanças climáticas, resultado de ações antrópicas causadas ao meio ambiente, faz-se necessário a imediata reestruturação da FUNASA para que se possa restabelecer o seu normal funcionamento em razão da atual situação identificada pela total ausência de recursos humanos e materiais, e pela equivocada modelagem de gestão atualmente praticada.

Mas para que isso ocorra necessário significar e absorver algumas premissas, dentre as quais destacamos em princípio: a compreensão da função institucional da FUNASA como representativa de um segmento de grande importância social, econômica e ambiental; e a valorização dos servidores da FUNASA e realização de concurso público para suprir a deficiência de recursos humanos.

Para tanto, é fundamental organizar o processo de reestruturação envolvendo a FUNASA como um todo para que se possa através das especificidades locais e regionais estabelecer procedimentos padronizados e unificados, adotando como sistemática de levantamento de dados e informações a criação de comissões, Estaduais e Nacional, para conduzir o processo de reestruturação.

Por último, o processo de reestruturação vai nos permitir abandonarmos a inércia de ações e, assim, enfrentarmos os novos desafios relacionados principalmente as mudanças climáticas e a transição energética.

DNOCS

Sintsef-CE cobra soluções para crise do DNOCS e reforça articulação com o Governo do Estado

Sindicato participou de audiência pública na Alece e enviou ofício ao Secretário de Articulação Política do Governo do Estado do Ceará pedindo providências diante do bloqueio orçamentário e da falta de segurança nos reservatórios



O Sintsef-CE segue atuando firmemente em defesa do Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DNOCS), um dos órgãos mais antigos e importantes do país na promoção do desenvolvimento e da convivência com o semiárido.

Em 20 de outubro, o sindicato participou de uma audiência pública na Assembleia Legislativa do Ceará (Alece), proposta pelo deputado Acrísio Sena (PT), que reuniu parlamentares, gestores públicos, servidores e entidades sindicais para discutir o fortalecimento e a reestruturação do DNOCS.

O encontro ocorreu na véspera do aniversário de 116 anos da instituição e serviu para expor a situação crítica que o órgão atravessa, marcada por bloqueios orçamentários, redução drástica do quadro de servidores e abandono de barragens e reservatórios que garantem o abastecimento de milhões de nordestinos.

Crise financeira e risco às barragens

Em documento apresentado na audiência, o Sintsef-CE alertou que o bloqueio de R\$ 150 milhões no orçamento do DNOCS, autorizado pelo governo federal por meio do Decreto nº 12.477, de 30 de maio de 2025, agravou uma crise já profunda.

Somente no Ceará, 65 reservatórios de médio e grande porte estão sem vigilância desde agosto, após a demissão total do efetivo terceirizado de segurança patrimonial e a redução de metade dos serviços de apoio técnico e operacional.

Os açudes, muitos localizados em áreas remotas, permanecem vulneráveis a invasões, furtos, vandalismo e ocupações irregulares, o que coloca em risco a segurança hídrica, o controle de cheias, a irrigação e o abastecimento humano em dezenas de municípios.

O sindicato ressaltou ainda que o problema é potencializado pelo envelhecimento e pela falta de reposição do quadro efetivo. Na década de 1990, o DNOCS contava com mais de 14 mil servidores; em 2025, são menos de 400, reflexo de três décadas sem concursos públicos, aposentadorias não repostas

e políticas de sucateamento da estrutura estatal.

Encaminhamentos e mobilização política

Durante a audiência pública, os participantes aprovaram uma série de encaminhamentos estratégicos para pressionar o governo federal e garantir a retomada da capacidade operacional do órgão:

- Liberação imediata dos recursos contingenciados, permitindo a retomada das ações de manutenção preventiva e segurança de barragens;
- Realização urgente de concursos públicos para recompor o quadro funcional;
- Reestruturação institucional e modernização dos sistemas de monitoramento e alerta;
- Articulação com as Defesas Cíveis estaduais e municipais para atuação integrada em situações de risco;
- Criação de uma Frente Parlamentar e de um grupo de trabalho em defesa do DNOCS;
- Elaboração de documento oficial com as demandas da audiência, a ser encaminhado ao Governo Federal;
- Inclusão do tema na COP 30, destacando o papel estratégico do DNOCS na adaptação às mudanças climáticas e na convivência com o semiárido.

Ofício ao Governo do Ceará

Como desdobramento da audiência, o Sintsef-CE encaminhou, no dia 28 de outubro, o Ofício 190/2025 ao secretário de Articulação Política do Governo do Estado, Nelson Martins, solicitando uma audiência específica para tratar do desmonte do DNOCS e da situação da Funasa.

No documento, o sindicato destaca que a crise do DNOCS compromete a segurança de dezenas de reservatórios no Nordeste e no norte de Minas Gerais, afetando diretamente o abastecimento de água, a irrigação e o acompanhamento da pesca, atividades vitais para a economia e para a sobrevivência de milhares de famílias.

O Sintsef-CE também defende que o tema seja tratado em conjunto com o debate sobre a reestruturação da Funasa, dada a relação direta entre saneamento básico, saúde pública e segurança hídrica — e a importância de ambos os órgãos para o desenvolvimento sustentável e inclusivo do interior nordestino.

Um chamado à defesa do patrimônio público

Durante a audiência, parlamentares e representantes sindicais reafirmaram que o DNOCS é patrimônio do povo nordestino, com papel histórico na construção de barragens, açudes, canais e obras de irrigação que transformaram a paisagem e garantiram vida em meio à seca.

Mas o abandono atual ameaça apagar esse legado: 370 reservatórios estão sob responsabilidade do órgão, 63 deles classificados como de alto risco potencial.

O sindicato reafirmou seu compromisso histórico com a defesa do DNOCS e de seus trabalhadores, e seguirá atuando junto às bancadas parlamentares, ao Consórcio Nordeste e aos governos federal e estadual para garantir a recuperação estrutural e orçamentária do órgão.

Servidores intoxicados da Ex-SUCAM intensificam luta por reparação



O dia 29 de outubro de 2025 entrou para a história da luta dos servidores intoxicados da ex-SUCAM. No mesmo dia em que milhares de trabalhadores participaram da Marcha Nacional do Serviço Público, em Brasília, a categoria realizou um ato em frente ao Ministério da Saúde para cobrar reparação e justiça após décadas de exposição a agrotóxicos usados nas campanhas de combate às endemias.

A mobilização foi marcada por conquistas importantes. Representantes dos trabalhadores foram recebidos pela chefe de gabinete do ministro da Saúde, Eliane Cruz, e, em seguida, por uma comitiva liderada pelo próprio ministro Alexandre Padilha.

Na ocasião, os dirigentes da Condsef/Fenadsef, da CNTSS e da Fenasp entregaram um documento com as reivindicações da categoria, destacando a necessidade urgente de aprovação da PEC 101/2019, de autoria do ex-deputado Mauro Nazif, que garante plano de saúde vitalício aos servidores intoxicados no exercício de suas funções sanitárias.

O Ministério propôs a criação de um grupo de trabalho (GT) na Mesa Setorial Nacional Permanente (MSNPMS) para construir encaminhamentos coletivos e paritários sobre a reparação e anunciou que buscará diálogo com o presidente da Câmara, Hugo Motta, para instalar a comissão especial responsável por analisar a PEC 101.

Uma luta que vem de longe

A luta dos intoxicados da ex-SUCAM começou muito antes da descentralização da Vigilância em Saúde. Desde os anos em que atuavam na Superintendência de Campanhas de Saúde Pública, esses trabalhadores eram expostos diariamente a inseticidas altamente tóxicos, como DDT e BHC, no combate a endemias como malária, dengue e doença de Chagas.

Com a criação do Sistema Único de Saúde (SUS), pela Lei nº 8.080/1990, e a posterior descentralização das ações de vigilância em 1999, regulamentada pela Portaria GM nº 1.399, os servidores passaram a ser cedidos para estados e municípios. O processo, que pretendia fortalecer a gestão local da saúde, acabou deixando milhares de trabalhadores da ex-SUCAM e da Funasa isolados de seu órgão de origem, sem acompanhamento médico-ocupacional, sem equipamentos de proteção adequados e submetidos a condições cada vez mais precárias de trabalho.

O resultado dessa negligência apareceu em números. Pesquisas da Fiocruz (2018–2023) e da Comissão Nacional dos Intoxicados (CNI/Condsef) apontaram que 75% dos trabalhadores falecidos entre 2013 e 2017 morreram ainda em idade produtiva (média de 55 anos). As principais causas foram doenças cardiovasculares e câncer.

Além disso, 59% dos agentes ainda manuseiam agrotóxicos sem proteção adequada, e 75% relatam doenças diagnosticadas relacionadas à exposição química.

As condições de trabalho também seguem críticas. Nos chamados “pontos de apoio”, onde são armazenados os produtos, os trabalhadores fazem refeições, trocam de roupa e manipulam venenos em salas pequenas, mal ventiladas e sem banheiros em funcionamento, locais que se tornaram símbolo do abandono estatal.

Avanços no Congresso e no governo

A Comissão Nacional dos Intoxicados, criada pela Condsef/Fenadsef, vem articulando apoio político à PEC 101/2019 e ao Projeto de Lei nº 5.489/2023, de autoria do deputado Lindbergh Farias (PT-RJ), que também assegura assistência integral à saúde dos intoxicados da ex-SUCAM e da Funasa.

A PEC já teve admissibilidade aprovada na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e aguarda instalação de comissão especial para tramitar no plenário da Câmara.

O movimento sindical considera que as recentes reuniões com o ministro Alexandre Padilha e com o senador Renan Calheiros (MDB-AL) representam um novo marco político. Ambos se comprometeram a apoiar a causa e a transformar a reparação em política pública permanente, reconhecendo o impacto social dessa categoria, que dedicou a vida ao controle de doenças e à saúde do povo brasileiro.

Mesa Setorial de Negociação Permanente do Ministério da Saúde: novas conquistas

Além da pauta da ex-SUCAM, a Mesa Setorial Nacional Permanente do Ministério da Saúde (MSNPMS) vem debatendo e aprovando medidas importantes para os servidores federais do setor.

Entre elas:

- Gratificação de Combate às Endemias (GACEN): proposta de reajuste para R\$ 3.400,00 a partir de maio de 2026, ampliação de cargos contemplados e extensão do benefício a servidores comissionados.
- Revisão da Portaria nº 243/2015: em discussão, busca garantir proteção legal aos servidores cedidos a estados e municípios, prevenindo abusos e assegurando direitos.
- Grupo de Trabalho da Saúde Indígena (SESAI): criado em novembro de 2024, apresentou 28 reivindicações — entre elas, gratificação indigenista, melhorias estruturais e combate ao assédio moral.
- A gestão da SESAI informou que está criando núcleos de enfrentamento ao assédio e dimensionando a força de trabalho nos Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEIs), com nova reunião marcada para 26 de novembro de 2025.

A luta dos servidores intoxicados da ex-SUCAM é um chamado à responsabilidade do Estado brasileiro. Por trás das estatísticas, há histórias de trabalhadores que deram a vida para erradicar doenças tropicais e hoje convivem com as consequências da exposição química sem o amparo que merecem.

O apoio do Ministério da Saúde e o avanço das negociações no Congresso reacendem a esperança de que, finalmente, a reparação sairá do papel.

“Esses servidores são heróis nacionais. Enfrentaram riscos biológicos químicos e o esquecimento do Estado para proteger milhões de brasileiros. O mínimo que o país deve a eles é justiça, respeito e assistência integral”, declarou a direção da Condsef/Fenadsef, que reafirmou o compromisso de seguir mobilizada até a aprovação da PEC 101/2019 e do PL 5.489/2023.

Servidores de todo o país se unem contra a PEC 38/2025 que ameaça direitos, desmonta o serviço público e enfrenta forte resistência popular e parlamentar



A proposta de Reforma Administrativa, apresentada na forma da PEC 38/2025, reacendeu o alerta entre servidores públicos de todo o país. A emenda começou a tramitar na Câmara dos Deputados no fim de outubro, depois de obter o número mínimo de assinaturas, e vem sendo criticada por sua tramitação apressada e pela ausência de diálogo com as entidades que representam os trabalhadores do setor público.

Segundo a Condsef/Fenadsef, a proposta, que o Congresso tenta aprovar sob o discurso de “modernizar o Estado”, na verdade desmonta o serviço público e fragiliza o acesso da população a direitos básicos, como saúde, educação e assistência social.

O que está em jogo

O texto da PEC altera profundamente as regras de funcionamento da administração pública. Entre as medidas mais graves estão:

- A demissão de servidores por “insuficiência de desempenho”, o que abre brecha para perseguições políticas;
- A flexibilização das contratações, permitindo o avanço das terceirizações e dos contratos temporários;
- O fim da estabilidade dos servidores sob o Regime Jurídico Único (RJU);
- O arrocho salarial e o achatamento das carreiras;
- A transferência da gestão de políticas públicas para Organizações Sociais e ONGs, enfraquecendo o papel do Estado;

- E o impedimento da negociação coletiva, um direito histórico do funcionalismo.

Para as entidades sindicais, a proposta não é uma reforma, mas uma verdadeira demolição do serviço público, que coloca em risco não apenas os direitos dos trabalhadores, mas também o atendimento à população.

A resposta das ruas

Em 29 de outubro, a Marcha Nacional dos Servidores Públicos reuniu milhares de trabalhadores das três esferas (federal, estadual e municipal) em Brasília, em um grande ato contra a PEC da Reforma Administrativa (foto ao lado). Em Fortaleza, o ato foi realizado em frente à sede da Receita Federal, com centenas de trabalhadores protestando em defesa do serviço público e dos direitos da categoria.

O Sintsef-CE participou da mobilização junto à Condsef/Fenadsef e demais entidades que compõem o Coletivo das Três Esferas da CUT, reforçando a unidade do movimento em defesa dos serviços públicos.

Durante o ato, diversos parlamentares progressistas manifestaram apoio à causa, entre eles Erika Kokay (PT-DF), Alice Portugal (PCdoB-BA), Rogério Correia (PT-MG), Sâmia Bonfim (PSOL-SP) e Maria do Rosário (PT-RS), entre outros. Todos reafirmaram o compromisso de lutar contra a proposta que “transforma o Estado em um balcão de negócios”.

Recuos e impasse político

Nos últimos dias, o cenário no Congresso mostrou sinais de enfraquecimento da proposta. Até o fechamento desta matéria, dezesseis deputados, dos 171, retiraram suas assinaturas de apoio.

Fontes ligadas ao Legislativo admitem que a PEC perdeu força política e dificilmente avançará neste ano. Com a pauta travada por outros temas e o recesso parlamentar se aproximando, cresce a percepção de que não há clima nem votos suficientes para levar adiante uma proposta tão impopular.

Mesmo assim, as entidades alertam: é preciso manter a mobilização, pois a qualquer momento o tema pode voltar à pauta.

O que os servidores defendem

Para as entidades representativas, o país precisa, sim, de reformas, mas de outro tipo. Reformas que fortaleçam o Estado e garantam direitos à população, e não que retirem conquistas.

Entre as diretrizes defendidas pelo movimento estão:

- O fim do arcabouço fiscal e das políticas de austeridade que travam investimentos públicos;
- A revogação das reformas trabalhista e previdenciária, que ampliaram a precarização;
- A contratação exclusiva pelo Regime Jurídico Único (RJU), com valorização das carreiras;
- A correção das distorções salariais entre cargos e esferas de governo;
- E o fortalecimento das políticas públicas e do papel social do Estado.

Mais do que uma pauta corporativa, a luta contra a Reforma Administrativa é a defesa de um Estado que garanta direitos, igualdade e justiça social.

17ª Plenária Nacional da CUT reafirma mobilização em defesa dos direitos, da soberania e contra a Reforma Administrativa



A 17ª Plenária Nacional da CUT foi realizada de 14 a 17 de outubro, em São Paulo, reunindo 598 delegados e delegadas em formato híbrido. Do Ceará, participaram 22 representantes, entre eles integrantes do Sintsef-CE, que acompanharam o evento de forma virtual, enquanto a maioria esteve presente na Quadra dos Bancários. O encontro homenageou João Batista Gomes, o "Joãozinho", e atualizou o plano de lutas da Central, reafirmando a disposição da base em defender direitos e enfrentar os ataques à soberania nacional.

No plano internacional, a Plenária aprovou a defesa da Venezuela contra agressões externas, posição contrária ao Acordo Mercosul-União Europeia e apoio ao cessar-fogo

imediato na Palestina. Uma emenda que defendia "Palestina livre do Rio ao Mar" obteve 30% dos votos, mas foi rejeitada pela Articulação Sindical, por possíveis impactos diplomáticos com centrais parceiras.

Entre as deliberações nacionais, a CUT reafirmou a luta pela revogação das reformas Trabalhista, Previdenciária e da Terceirização, aprovou como prioridades o fim da escala 6x1 e a taxação das grandes fortunas, e defendeu o início de uma reforma política profunda, com voto em lista partidária, voto proporcional e financiamento público exclusivo. Essas medidas visam acabar com o poder das emendas parlamentares e abrir caminho para uma Assembleia Constituinte Soberana, capaz de garantir reformas estruturantes (agrária, do Judiciário e de reestatizações), além da revogação da tutela militar (art. 142).

A Plenária também aprovou posição firme contra a PEC 38/2025, da Reforma Administrativa, e discutiu os preparativos para a Marcha Nacional a Brasília, que ocorreu em 29 de outubro, reforçando a necessidade de unidade e mobilização permanente.

Por fim, os delegados reafirmaram que a base da CUT está pronta para lutar contra os projetos que retiram direitos e entregam a soberania do país. Cabe agora à Central organizar essa energia e seguir fortalecendo a mobilização popular e sindical em todo o Brasil.

Vitórias judiciais fortalecem direitos de aposentados, pensionistas e servidores ativos

jurídico

O setor jurídico do SINTSEF-CE obteve importantes avanços na defesa dos servidores públicos federais, com decisões recentes do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e do Supremo Tribunal Federal (STF) que reconhecem direitos históricos de aposentados, pensionistas e servidores em atividade. Confira:

Aposentados e pensionistas – pagamento integral da GACEN

O STJ decidiu que a Gratificação de Atividade de Combate e Controle de Endemias (GACEN) deve ser paga no mesmo valor atribuído aos servidores ativos, uma vez que a gratificação tem caráter geral e não depende de avaliação de desempenho.

Com isso, aposentados e pensionistas com direito à paridade passam a ter direito ao valor integral de R\$ 1.107,31, e não mais à metade (R\$ 553,66).

Podem requerer o reajuste aqueles que se aposentaram até 31 de dezembro de 2023, ou com base nas regras de transição das Emendas Constitucionais 41/2003 e 47/2005.

O SINTSEF-CE está orientando os filiados sobre a documentação necessária para ingressar com ações individuais nos Juizados Especiais Federais.

Pensionistas – direito à revisão dos benefícios

O STF, ao julgar o Tema 1224 da repercussão geral, reconheceu que os benefícios de pensão concedidos entre 2004 e 2007, sem paridade, devem ser reajustados pelo mesmo índice aplicado ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS).

Nesse período, o reajuste não foi aplicado pela Administração

Pública, reduzindo o valor real das pensões.

As pensionistas atingidas por essa situação podem ingressar com ações individuais de revisão, para corrigir os valores recebidos e restabelecer o equilíbrio dos benefícios.

Servidores ativos – abono e licença-prêmio reconhecidos como direitos

O STJ também firmou entendimento de que o abono de permanência tem natureza remuneratória, devendo integrar a base de cálculo do 13º salário e do adicional de férias.

A decisão, de efeito vinculante (Tema 1233), assegura que servidores ativos ou aposentados há menos de cinco anos, que recebiam o abono antes da aposentadoria, possam requerer judicialmente a diferença.

Além disso, o Tribunal reconheceu o direito de converter em dinheiro as licenças-prêmio não usufruídas nem contadas em dobro para aposentadoria.

O valor é calculado com base na remuneração vigente na data da aposentadoria, e a ação deve ser ajuizada em até cinco anos após a publicação da aposentadoria.

Orientações e atendimento

O SINTSEF-CE lembra que todas as ações são individuais e devem ser movidas mediante documentação específica, orientada pelo setor jurídico.

Os servidores e pensionistas podem procurar o sindicato ou a delegacia sindical mais próxima para receber atendimento personalizado.